

Assembleia Eleitoral: Assembleia Eleitoral de VIANA DO CASTELO, que abrange os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo, Vila Nova de Cerveira

Mesas de Voto:

Sede distrital do Bloco de Esquerda, com a seguinte morada: Rua de Santo António, nº 100 – 1º, da cidade e concelho de Viana do Castelo, para todos os aderentes dos concelhos supra-referidos.

Data e horário do ato eleitoral: 3 de Novembro de 2018, das 14:30 às 18:00 horas.

Mesa da Assembleia Eleitoral: A MAE é constituída pelos seguintes elementos: Rui Rodrigues Marques, Luis Filipe de Oliveira Louro e Jorge Manuel Gomes Teixeira. Para qualquer esclarecimento, a MAE poderá ser contactada através do número 965516236.

Votos por correspondência: Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital, com a seguinte morada Rua de Santo António, nº 100 – 1º, 4900 – 213 Viana do Castelo, até às 20 horas do dia 2 de Novembro de 2018, véspera do dia da assembleia eleitoral e entregues nas mesas de voto respetivas a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais.

Listas de candidatos/as a delegados/as à XI Convenção:

Plataforma Mais local, mais participado, mais democrático...

Melhor Bloco de Esquerda!

EFFECTIVOS

- 1) **Jorge Manuel Gomes Teixeira** – Aderente 6913 – Viana do Castelo
- 2) **Luís Filipe de Oliveira Louro** – Aderente 109 – Viana do Castelo
- 3) **Maria Hermínia da Silva Esteves** – Aderente 811 - Viana do Castelo
- 4) **Francisco Ribeiro Vaz** – Aderente 815 – Viana do Castelo
- 5) **Tiago Lisboa Vieira Bonito** – Aderente 12761 –Viana do Castelo

SUPLENTE

José Luís Rodrigues da Silva – Aderente 813 – Viana do Castelo

Segue texto da Plataforma Política

Mais local, mais participado, mais democrático... melhor Bloco de Esquerda!

A XI Convenção ocorre na parte final de uma legislatura durante a qual o Bloco de Esquerda foi capaz de demonstrar uma elevada maturidade política, no sentido de, não fazendo parte do Governo, ser capaz de influenciar políticas que tivessem em vista o repôr de direitos a todos os portugueses.

É um facto que alguns nos acusam de termos passado a ter uma atitude mais passiva em relação a determinadas matérias e de, por vezes, estarmos calados quando anteriormente, com governos de outro quadrante político, perante uma igual situação, manifestávamos publicamente o nosso desagrado e exigíamos mudanças de política.

É evidente que quem nos acusa deste silêncio, dito cúmplice, são aqueles que nunca acreditaram que o Bloco seria capaz de assumir essa postura responsável, de quem procura contribuir para a estabilidade do regime democrático e que, passando a ter um papel principal no xadrez político, abdica de alguma intervenção mais pública para, no âmbito dos acordos celebrados, colocar à frente dos seus interesses partidários o bem estar dos portugueses e a melhoria das suas condições de vida.

São aqueles que nos disseram que a austeridade era a única via e que agora, confrontados com os resultados destes três anos de convergência parlamentar, não conseguem reconhecer que estavam enganados e aproveitam todos os pretextos para colocarem em causa essa mesma convergência e a prática política que o Bloco tem seguido.

Ao mostrar, ao longo destes três anos, coerência no cumprimento dos acordos celebrados, sem abdicar de continuar a luta por outras medidas que sejam mais favoráveis aos portugueses, apareceu aos olhos das pessoas com uma maturidade inquestionável e aqueles que duvidavam da utilidade prática imediata de um voto no Bloco, tiveram a oportunidade de constatar que cada um desses votos fez a diferença.

Confiança e maturidade que os subscritores desta plataforma esperam venha a continuar nos próximos dois anos e que, perante um Partido Socialista que, de forma subtil, vai tentando convencer os portugueses a dar-lhe uma maioria absoluta, o Bloco seja capaz de dizer aos portugueses: voltem a confiar em nós.

Voltem a confiar em quem, sem abdicar dos seus princípios, foi capaz de dizer presente quando era necessário dar as mãos na defesa das condições de vida dos portugueses-

Mas para isso, é importante, na nossa óptica, que o Bloco também seja capaz de desafiar o Partido Socialista para uma convergência que vá mais além do que aquela que conseguimos construir nos últimos três anos e esperamos se mantenha no próximo ano.

Na verdade, fomos capazes de ser parte de uma solução governativa, apesar de, formalmente, não termos feito parte deste governo.

E não nos parece que o Bloco de Esquerda tenha sido engolido pelo Partido Socialista, como era apregoado por muitos de nós que viam no Partido Socialista o bicho papão que iria acabar connosco. Por isso, o desafio que temos de lançar ao Partido Socialista é questionar até que ponto estará também ele disponível para ir mais além do que a convergência desta legislatura.

Nós temos de dizer que, depois da experiência de correr por fora, estamos aptos a correr por dentro. E que queremos saber se eles também estarão dispostos a correr em conjunto.

É evidente que esta posição poderá colocar em causa, algumas das linhas vermelhas que o Bloco não se mostra disponível para ultrapassar.

Mas se fomos capazes de, durante quatro anos, influenciar indirectamente a política do governo sem colocar em causa essas linhas vermelhas porque é que não seremos capazes de fazer o mesmo se fizermos parte de um governo.

Não temos de ter medo. Tal como o não tivemos aquando das negociações para esta convergência. Impõe-se agora que a Convenção trace uma orientação política eficaz e mobilizadora e eleja pessoas capazes de dar continuidade e aprofundamento a esse caminho de recolocar as pessoas no centro da política. Do debate das três moções apresentadas resultará esse desenho estratégico e essas responsabilidades. Os subscritores desta plataforma participarão com empenho e frontalidade nesse debate.

Mas, se em relação à linha orientadora da política global estamos convencidos que esta Convenção irá reforçar a linha de actuação que o Bloco de Esquerda tem tido nos últimos três anos, continuando, dentro dos princípios assumidos, a assegurar a continuidade da política governativa que tem permitido repôr direitos às pessoas, há, no entanto, uma crítica que temos de fazer e que aqui continuamos a reiterar.

É que ao fim de quase duas décadas de Bloco e centenas de críticas internas seria expectável encontrar uma evolução positiva, é a prática organizativa no dia a dia nos contextos de participação e tomada de decisões. A democracia interna está reduzida ao mínimo. As dinâmicas de decisão estão fechadas em pequenos círculos internos que a partir de um jogo formalmente legítimo mas pouco saudável em termos de cultura democrática mais profunda atira para a irrelevância o aderente comum. O debate de ideias é muitas vezes substituído pela mobilização pré-formatada para lógicas de disputa do poder interno absolutamente viciadas e empobrecidas. As lideranças das correntes internas parecem temer um Bloco que surpreenda, que irrompa para além do previsível e garantem entre si um misto de vigilância e de partilha de influência, retirando espaço real de participação democrática à globalidade dos ativistas. Há nestas práticas um círculo vicioso que se está a eternizar e que é vital romper, até

para o Bloco se afirmar numa das principais práticas políticas que o devem diferenciar do Partido Comunista.

A questão da democracia interna não se resolve com a criação de mais ou menos órgãos, de mais ou menos núcleos, de mais ou menos sedes. Tudo isso já foi tentado e tudo isso está previsto nos Estatutos do Bloco. O que falta é alterar a prática política e a prática organizativa.

Um exemplo: quando organizamos reuniões sectoriais, quantos de nós não se sentiram já defraudados com a organização dos trabalhos e ficámos com a sensação que as conclusões já tinham sido previamente decididas por uns poucos.

Porque não, nessas reuniões e utilizando as plataformas de comunicação existente, criar um polo de debate, no qual possam participar todos os interessados, em que sejam discutidos os pontos a abordar nessas mesmas reuniões.

Sabemos que é difícil mudar mentalidades de quem se habituou a tudo controlar mas o Bloco terá de ser um partido mais transparente na sua relação com os aderentes.

Propomos:

Os deputados terão de, pelo menos uma vez por mês, reunir em assembleia com os aderentes dos distritos por onde foram eleitos e atribuir a cada um deles um conjunto de outros distritos, onde não haja deputados eleitos, onde deverão reunir pelo menos de dois em dois meses com os aderentes locais.

Os signatários desta plataforma estão convencidos de que uma estratégia clara assente em princípios inequívocos que respire uma cultura de liberdade, de participação e de democracia profunda não é uma utopia. É o ponto de partida essencial de uma esquerda que se quer de confiança. Baralhar este ponto de partida pode parecer apenas uma fragilidade, mas é muito mais do que isso. É a raiz de contradições que destroem todo um projeto político a prazo. A história do século passado está cheia de exemplos disso. Importa aprendermos com esses erros do passado.

SUBSCRITORES

- 1) **Jorge Manuel Gomes Teixeira** – Aderente 6913 – Viana do Castelo
- 2) **Luís Filipe de Oliveira Louro** – Aderente 109 – Viana do Castelo
- 3) **Maria Hermínia da Silva Esteves** – Aderente 811 - Viana do Castelo
- 4) **Francisco Ribeiro Vaz** – Aderente 815 – Viana do Castelo
- 5) **Tiago Lisboa Vieira Bonito** – Aderente 12761 –Viana do Castelo
- 6) **José Luís Rodrigues da Silva** – Aderente 813 – Viana do Castelo